



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende

São Paulo-SP, 02 de março de 2009

Presidente: É com muita satisfação que recebemos aqui o nosso querido amigo Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende, seus ministros e empresários.

Vocês assistiram um pouco ao debate, fizemos uma reunião muito produtiva, e agora vamos nos colocar à disposição da imprensa para que façam, me parece que são duas perguntas, ao todo são quatro perguntas. Eu queria apenas pedir à imprensa brasileira que, depois, se quiser, o Villanova pode até arrumar um horário para vocês fazerem perguntas sobre o Brasil. Mas neste momento, enquanto o Primeiro-Ministro estiver aqui, que a gente converse um pouco sobre a questão das relações entre Brasil e Países Baixos. Depois, então, poderemos discutir o Corinthians, o Palmeiras, o São Paulo, o Santos, do jeito que vocês quiserem. Portanto, eu passo a palavra ao nosso amigo Primeiro-Ministro Jan Peter.

Primeiro-Ministro: (não transcrito)

Jornalista: (incompreensível)

Presidente: Primeiro, eu tenho convicção de que essa crise será vencida com mais comércio, com menos protecionismo e, sobretudo, com uma regulação do sistema financeiro internacional. Com todos os governantes que eu tenho conversado e, inclusive, com o meu amigo Primeiro-Ministro, todos estamos convencidos de que o mercado financeiro precisa passar por uma regulação,



que tem que ter uma fiscalização e, ao mesmo tempo, todos nós estamos convencidos de que é preciso concluir a Rodada de Doha.

Do ponto de vista financeiro, a Rodada de Doha já esteve quase que concluída. Acontece que nós tínhamos eleições nos Estados Unidos, temos eleições na Índia no próximo mês, e o problema político pesou. Agora eu penso que não tem nada mais que possa impedir a conclusão da Rodada de Doha. E eu, particularmente, estou convencido de que a Rodada de Doha é mais uma decisão política do que uma decisão econômica. E este assunto certamente será discutido no dia dois de abril.

Jornalista: Bom dia, Presidente. Bom dia, Primeiro-Ministro. Presidente, apesar de todas as orações e da torcida do senhor para o Presidente Obama, até agora, desde o início, desde a posse do Presidente Obama, as medidas econômicas ainda não surtiram um efeito muito grande. E nos últimos dias, nas últimas horas, a gente tem notícias muito ruins, principalmente em relação a emprego. Demissões no HSBC, o balanço da AIG, as demissões agora na Embraer na semana passada, e o nível de emprego aqui no Brasil que caiu nos primeiros meses do ano.

A pergunta que eu queria fazer para o senhor é a seguinte: o aumento do desemprego aqui no Brasil é uma consequência inevitável dessa crise, e que segurança o senhor pode dar para o brasileiro que está com medo de perder o emprego?

Presidente: Primeiro, você sabe que o desemprego é uma coisa muito delicada para o trabalhador brasileiro e para o trabalhador de qualquer parte do mundo. E eu falo com a experiência de quem viveu isso na pele, seja como trabalhador ou como dirigente sindical.

É importante que a gente não compare o desemprego no Brasil com o que está acontecendo em outros países. Nós não temos uma crise



generalizada no Brasil. Ao mesmo tempo, nós tivemos em 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 um crescimento positivo do emprego no Brasil. Tivemos, até agora, três meses negativos, e eu trabalho com a convicção de que no final do ano os empregos gerados serão maiores do que os empregos desmontados no Brasil. Por isso, decidimos que – as obras do PAC – precisam ser contratadas duas ou três turmas para tocá-las. Por isso vamos anunciar um programa de habitação popular. Por isso estamos discutindo um programa de renovação da chamada “linha branca”. Por isso eu disse no debate que era preciso pensar na renovação de caminhões. Ou seja, essa crise abre um leque de oportunidades para fazermos coisas que em tempo de normalidade tínhamos dificuldade em discutir.

O caso da Embraer é um caso um pouco diferente, porque é uma empresa que produz... 90% da sua produção é para o exterior. Na medida em que as encomendas são suspensas, a empresa teve que dispensar. As críticas que eu tinha que fazer à empresa, eu já fiz, junto com o ministro Miguel Jorge. Agora, nós precisamos resolver o problema da aviação regional no Brasil, para ver se podemos comprar aviões da Embraer. Torcer [para] que a Holanda mantenha a encomenda da Embraer.

Mas, de qualquer forma, é um desafio para nós agora, brasileiros, pensar como utilizar os aviões da Embraer em vôos regionais, porque não podemos nem nos queixar dos países estrangeiros que suspenderam o pedido porque as empresas brasileiras não fazem pedido à Embraer. Então, para um leigo é muito difícil entender porque utilizamos aviões da Boeing e da Airbus e não da Embraer. Ou seja, você percebe que é um novo desafio e que o governo vai promover essa discussão interna.

Mas eu ainda continuo otimista com relação ao ano de 2009. Este é o trimestre que eu considero mais delicado. Espero que comecemos a melhorar a partir do segundo trimestre.



Jornalista: Presidente, o senhor pode nos explicar quão importante para o Brasil é a relação econômica com a Holanda, e nos falar das consequências da crise econômica mundial para esse relacionamento entre Brasil e Holanda?

Presidente: Eu tinha dito ao primeiro-ministro que a minha relação com a Holanda não é uma relação de Presidente da República. A minha relação com a Holanda é do final dos anos 70 e dos anos 80, porque nós tínhamos uma extraordinária relação com o movimento sindical holandês e com várias ONGs da Holanda. Quando eu era oposição, durante muitas vezes, a gente foi convidado para ir à Holanda debater o movimento sindical holandês.

Vejam, nós temos uma relação muito sólida. As empresas holandesas no Brasil são extremamente sólidas, com grandes multinacionais, empresas de grande porte financeiro e empresas com experiência de quase um século no Brasil. Eu penso que essa crise econômica vai obrigar um aprofundamento das relações entre Brasil e Holanda, sobretudo agora que encontramos grandes reservas de petróleo. E a Holanda, que é um país que tem muita experiência na construção de navios, plataformas, sondas... e portanto, a associação com o Brasil só pode melhorar. A competência administrativa nos portos da Holanda, e com tudo o que estamos fazendo nos portos brasileiros significa mais parceira, significa que nós temos chance de fazer crescer essa boa relação já existente entre Holanda e Brasil.

Eu, embora não esteja na Presidência em 2014, também não sei se ele estará como primeiro-ministro em 2014... Mas se o Brasil for para a final com a Holanda na Copa do Mundo, certamente estaremos juntos como torcedores, construindo essa parceira mais forte a partir do esporte. E se tiver a final entre os dois países, que Deus ajude o Brasil.

_____ : quarta e última pergunta, Flávio Freire, do O Globo.



Jornalista: Presidente, boa tarde. O senhor me colocou em uma situação delicada, porque você pediu para a gente não tomar nenhum assunto de caráter nacional, queria pedir licença para o senhor para fazer uma pergunta de caráter nacional. Na verdade, com relação à questão de reforma agrária, por conta da primeira das declarações do ministro do STF, Gilmar Mendes, em relação ao MST, e agora a reação do MST neste final de semana, que invadiu fazendas no Pará em protesto às declarações de Gilmar Mendes. Eu pergunto para o senhor: isso pode causar de certa forma uma crise institucional no País? Como é que o senhor vê essa questão?

Presidente: Primeiro que não tem nenhuma possibilidade de crise institucional. Os sem-terra é um movimento que existe no Brasil desde a década de 80, já atingiu a maioria e, portanto, sabe o que é legal e o que é ilegal. Aquilo que não é legal... certamente, todos nós – o Presidente da República, o sem-terra e o mais humilde dos brasileiros – pagaremos o preço quando cometermos ilegalidade. É inaceitável a desculpa de legítima defesa para matarem quatro pessoas, é inaceitável. E, portanto, sabem que a justiça terá que ser feita para apurar a verdadeira responsabilidade.

Eu quero crer que o presidente Gilmar tenha dado opinião enquanto cidadão brasileiro. Quando houver um processo, certamente, ele se manifestará como presidente e dará o seu voto. O que nós já fizemos por reforma agrária aqui no Brasil, eu vou dar o número para o primeiro-ministro saber: no meu governo, nós já desapropriamos 43 milhões de hectares, 53% de tudo o que foi desapropriado no Brasil, e já assentamos 520 mil famílias. A minha prioridade, agora, é tornar as pessoas que já adquiriram a terra em pessoas produtivas, para que a gente possa melhorar a quantidade e a qualidade dos alimentos que são produzidos no Brasil. Portanto, eu acho que cada um de nós tem que ter juízo antes de fazer as coisas.

(31FGJLMP)